

O CONCEITO DE LIBERDADE E GRAÇA DIVINA À LUZ DE AGOSTINHO DE HIPONA

THE CONCEPT OF FREEDOM AND DIVINE GRACE IN THE LIGHT OF AUGUSTINE OF HIPPO

*Erike Santos Aristides**

Resumo: Este artigo objetiva refletir o conceito de liberdade e graça divina à luz de Agostinho de Hipona. A questão da liberdade humana, movida por uma vontade intrínseca original, tornou-se uma das grandes revelações históricas e, se não, umas das principais contribuições de análise e aprofundamento teórico no contexto ocidental, em detrimento ao reducionismo humano da cultura grega. Com efeito, o apologista buscou entender o caráter antropológico do livre arbítrio numa perspectiva teológico-filosófica, cuja capacidade de tomadas de decisões na vida resulta de uma escolha proveniente da razão, mas, sobretudo, da vontade. Logo, o conhecimento da realidade que nos circundam captado pelos sentidos e habilidades cognoscitivos, não são fatores determinantes para a compreensão da complexidade do fenômeno existencial, pois, na medida em que a razão conhece, a vontade é que definitivamente escolhe. Dito isso, segundo o ponto de vista do hiponense, a vontade humana está revestida de carência devido sua natural ter sido marcada e debilitada pelo mal moral ou pecado de origem. Dessa forma, o conceito da graça divina é um fenômeno que se apresenta como auxílio necessário e suficiente para a reintegração da liberdade e vontade livre no gênero humano.

Palavras-chave: Agostinho de Hipona. Liberdade. Vontade. Graça. Deus.

Abstract: This article aims to reflect the concept of free will and divine grace in the light of Augustine of Hippo. The question of human freedom, driven by an original intrinsic will, became one of the great historical revelations and, if not, one of the main contributions of analysis and theoretical deepening in the Western context, to the detriment of the human reductionism of Greek culture. In effect, the apologist sought to understand the anthropological character of free will from a theological-philosophical perspective, whose ability to make decisions in life results from a choice arising from reason, but, above all, from the will. Therefore, knowledge of the reality that surrounds us, captured by the senses and cognitive abilities, are not determining factors for understanding the complexity of the existential phenomenon. For, to the extent that reason knows, the will is what definitively chooses. That said, according to the Hyponian's point of view, the human will is covered in deficiency because its nature has been marked and weakened by moral evil or original sin. Thus, the concept of divine grace is a phenomenon that presents itself as a necessary and sufficient aid for the reintegration of freedom and free will in the human race.

Keywords: Augustine of Hippo. Freedom. Willing. Grace. God.

Introdução

O presente trabalho objetiva contribuir no âmbito conceitual sobre o livre-arbítrio e a graça divina na perspectiva de Agostinho de Hipona. No primeiro momento, abordaremos alguns aspectos da vida e obra do hiponense, no intuito de contextualizar seus apontamentos teológico-filosóficos à luz de vertentes teóricas vigentes na época. É notório que uma das fontes indispensáveis para a consolidação do pensamento agostiniano deriva de seu envolvimento com

* Mestrando em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

certas doutrinas e correntes filosóficas, tais como: os maniqueístas, o catolicismo, principalmente, na pessoa de Ambrósio, e o neoplatonismo na figura exponencial de Plotino.

Consequentemente, vamos desenvolver a terminologia e conceituação de liberdade, começando com uma visão geral para delinear e compreender essa dimensão existencial da vontade livre dentro do contexto das ideias de Agostinho de Hipona. Além disso, aprofundaremos essa discussão para clarificar e fundamentar o conceito. Em seguida, a exploração do tema continuará através de uma abordagem hermenêutica e interpretativa. Assim, abordaremos o livre-arbítrio, a vontade e a graça divina no próximo segmento deste artigo, com o objetivo de explorar as diversas contribuições de Agostinho. Ao fazer isso, buscamos destacar como suas ideias permanecem pertinentes e estimulantes, desafiando e enriquecendo o pensamento contemporâneo sobre questões tão antigas quanto a humanidade.

1. Breve biografia de Agostinho de Hipona

Agostinho (354-430), cujo nome de batismo era Aurélio, nasceu em Tagaste, no Norte da África, tornou-se bispo de Hipona, uma cidade na província romana. (Agostinho, 1997, p. 10.). Aurélio, posteriormente conhecido como Santo Agostinho, recebera esse título confessional em razão da autoridade eclesiástica e pelo prestígio de sua vida, obras e reputação na busca pela verdade, sabedoria e santidade. (Chauí, 2000, pp. 501-502). Ele é considerado, sem dúvida alguma, um dos mais renomados teólogos e filósofos do período da Patrística, evento esse, que destacou circunstâncias cruciais para a consolidação da doutrina cristã, via reflexão da fé à luz da razão. (Ibidem, 2000, p. 53).

Sabe-se que o Hiponense, antes de aderir ao segmento religioso cristão, pertenceu a uma vertente filosófico-religiosa dos maniqueístas. Posteriormente, se envolveu com a filosofia neoplatônica, e, logo em seguida, com o catolicismo. (Reale, 2017, pp. 447-448).

A jornada interior de Agostinho é uma narrativa marcada por um conflito constante entre sua busca por iluminação espiritual e sua tendência a se deixar levar pelas paixões e erros do mundo. Esse embate é exemplificado por um momento crucial em que ele encontra o "Hortênsio" de Cícero, uma obra cujo valor intrínseco é incerto, mas que exerce uma influência marcante sobre ele. A leitura do "Hortênsio" desperta em Agostinho uma nostalgia por um Cristianismo latente em sua alma e o instiga a explorar as Escrituras. No entanto, ele não estava preparado espiritualmente para esse encontro, e o estilo direto das Escrituras não o cativa. Nesse estado de incerteza e busca, ele se depara com os Maniqueus, cuja abordagem racionalista e a promessa de certezas apelam ao seu desejo por respostas definitivas. Assim, Agostinho se vê

envolvido em uma doutrina obscura e uma prática superficial, perdendo-se em um labirinto de ideias conflitantes. Essa fase de sua jornada interior é caracterizada pela vulnerabilidade espiritual e pela busca desesperada por uma verdade que pareça mais tangível. É somente mais tarde, com o tempo e a reflexão, que Agostinho encontrará sua verdadeira vocação espiritual. (Pereira, 1996, pp. 20-21. In: *De Civita Dei*).

Ao abraçar a fé cristã, Agostinho despertou para uma vocação maior, reconhecendo a grandeza, bondade e amor eterno de Deus. Ele compreendeu que, à medida que nos afastamos daquele que nos criou como seres livres, experimentamos um vazio interior e uma falta de sentido na vida. Essa desconexão resulta em uma inquietante perturbação da alma, que só encontra paz quando se volta para Deus. Agostinho percebeu que a verdadeira plenitude só pode ser encontrada no alinhamento com a vontade divina e no reconhecimento da nossa dependência do Criador. Conforme segue: “Tu o incitas, para que goste de te louvar, porque o fizeste rumo a ti e nosso coração é inquieto, até repousar em ti.” (Conf. I, 1).

Do ponto de vista de Agostinho de Hipona:

[...] Um cristão pode desconhecer as obras literárias desses filósofos; pode não saber usar, nas suas discussões, de termos que não aprendeu; pode não saber chamar: natural com os latinos, ou física, com os gregos, a esta parte da filosofia que trata do estudo da natureza; racional ou lógica à outra em que se procura a maneira de atingir a verdade; moral ou ética àquela em que se trata dos costumes, dos fins bons a atingir, dos fins maus a evitar. Mas o que este Cristão não ignora é que é do único, verdadeiro e perfeito Deus que recebemos a natureza, pela qual fomos feitos à sua imagem; doutrina, pela qual o conhecemos a Ele e nos conhecemos a nós; e a graça, pela qual nos tornamos felizes, unindo-nos a Ele. (*De Civita Dei*, VIII, X).

É sabido que Agostinho elaborou inúmeros assuntos e profundas reflexões apologéticas referentes à filosofia, teologia, sócio-política, fé e razão, ética e moral. As relevantes obras desenvolvidas e mais destacadas, são: *Confissões*, *O Livre-arbítrio*, *A imortalidade da alma*, *A vida Feliz*, *Tratados sobre a Graça*, *A verdadeira religião*, *Doutrina cristã*, *A Trindade*, os *Comentários do Evangelho de João*, *A cidade de Deus*, e *a Natureza do Bem*.

Dessa maneira, Berthold Altaner (2017), considerado um dos renomados especialistas da Patrística, relata a seguinte apreciação de Agostinho:

[...] O grande bispo reunia em si a energia criadora de Tertuliano e amplidão de espírito de Orígenes com o sentido eclesiástico de Cipriano, a agudeza dialética de Aristóteles com o idealismo alado e a especulação de Platão, o sentido prático dos latinos com a dualidade espiritual dos gregos. Foi o máximo filósofo da época patrística, e sem dúvida o mais importante e influente teólogo da Igreja em geral [...] Aquilo que Orígenes foi para a ciência teológica dos séculos III e IV, Agostinho foi, de modo muito mais duradouro

e eficaz, para toda a vida da Igreja dos séculos posteriores até à época contemporânea. Sua influência se estendeu não somente ao campo da filosofia, da dogmática, da teologia moral, da mística, mas também ao campo da vida social e caritativa, da política eclesial, do direito público, numa palavra, foi o grande artífice da cultura ocidental da Idade Média. (ALTANER. In: REALE, 2017, p. 449).

De fato, decifrar em palavras um dos monumentos intelectuais da história não é uma tarefa fácil, no entanto, o reconhecimento da vida e obra de Agostinho de Hipona e sua pertinente contribuição em diferentes níveis de conhecimento, não passaram despercebidos no tempo e espaço. Por ora, permanece o seu legado, assim como, um memorial cultural de cunho literário enriquecedores e profundos, que até o presente momento, continuam sendo comunicados, estudados, refletidos, replicados e ressignificados.

2. Definição de liberdade

Em primeiro lugar, não temos nenhuma pretensão de elaborar uma enciclopédia acerca do conceito de liberdade. Muitos estudiosos assim o fizeram com esmero e exatidão, obras voltadas para essa temática, pelas quais temos acesso e a possibilidade de delimitar diferentes pontos de vista sobre o assunto em questão.

Durante as vicissitudes históricas, a expressão liberdade adquiriu possibilidades hermenêuticas abrangentes, frente às instaurações de normas e leis impostas ao sujeito, estabelecidas pelos regimes de estado civil e religioso. Diante disso, desencadearam-se o direito de reivindicação nos variados termos que hoje podemos conhecer por liberdade física, moral, psicológica e política. (Mondin, 1980, p. 112).

Liberdade (*lat. Libertas*) “Condição daquele que é livre. Capacidade de agir por si mesmo. Autodeterminação. Independência. Autonomia”. (Japiassú, 2006, p. 168). O termo “liberdade”, costuma ser interpretado como capacidade que o indivíduo tem de realizar determinada atividade, em consonância com a respectiva vontade. A liberdade, não obstante, trata-se de um elemento polissêmico, e os múltiplos significados atribuídos a ela podem ser amplamente diversificados, como por exemplo, requer-se a ausência de condicionamentos, restrições, regras internas e externas, rumo ao domínio absoluto. Porém, a falta de impedimentos e limites, dentro do contexto da vontade livre, nos remete à ideia de um senso trivialmente divergente, cuja liberdade vê-se como pretexto para a questão da libertinagem. Por isso, delimitaremos o conceito de liberdade numa perspectiva psicológica, da qual a essência consiste na potencialidade de decidir por si mesmo. (Mondin, 1980, p.112).

O aspecto da liberdade psicológica, caracterizada como possível poder de tomar decisões independentes, está mais próximo do que propomos refletir aqui, segundo os horizontes de Aurélio Agostinho, entendido no âmbito do livre arbítrio, da vontade, razão e graça divina. Ele inaugura uma abordagem filosófico-cristã, tendo como ponto de partida a revelação de Deus-Pai, na economia da salvação, e o homem como protagonista da natureza e da própria história, a fim de desvencilhar-se de uma vez por todas, das filosofias pagãs da antiguidade, cuja sorte, estava à deriva do destino. (Mondin, 1980, pp. 112-113).

Em vista da complexidade na utilização de certos conceitos, apresentaremos de forma sucinta três perspectivas sobre a liberdade, delineadas ao longo da história da filosofia: liberdade como autodeterminação ou autocausalidade, liberdade como necessidade, e liberdade como possibilidade ou escolha. (Abbagnano, 1998, p. 606).

No primeiro aspecto, a liberdade é concebida de forma ilimitada, se entende que a autodeterminação é causa de si mesma, e está destituída do tempo, isso significa que ela não está sujeita a limitações temporais. Em outras palavras, a ‘liberdade não está vinculada a um período específico no tempo. Isso sugere que a capacidade de autodeterminação e a liberdade de escolha não são restritas por considerações temporais, como o passado, presente ou futuro. Em vez disso, a liberdade é concebida como algo atemporal, uma qualidade intrínseca que transcende as restrições temporais e permite que a autodeterminação ocorra independentemente do momento em que se está vivendo. Logo, livre dos condicionamentos sujeitos à natureza humana. (Ibidem, 1998, p. 606). Esta concepção remonta às hipóteses sustentadas durante a Antiguidade e a Idade Média, segundo as quais a liberdade humana estava atrelada aos “determinismos cósmicos”, derivados dos deuses, demônios, astros etc. Nesse sentido, não se leva em consideração a questão do homem ser racional, corpóreo, social e histórico. Conforme também defende e reverbera o filósofo e existencialista Jean Paul Sartre, que a liberdade, de fato, não tem limites e seu poder é infinito, como se a liberdade fosse uma parte isolada e neutra, dentre as características principais que compõem o gênero humano. No entanto, para muitos pensadores renomados, o homem é livre, porém, não totalmente, pois, está circunscrito à realidade que o circunda, tais como: o viver, pensar e trabalhar. (Mondin, 1980, p.121).

No que diz respeito à segunda definição de liberdade, realçada como necessidade, constitui-se, de igual modo, na mesma fundamentação anteposta, a saber, de autodeterminação. Ambas defendem a noção da liberdade como princípio, em si, mas não pautadas no indivíduo, e sim nas ações voluntárias e autônomas sinalizadas pela dimensão substancial, cósmico-divina. E, tudo quanto estiver fora dessa esfera é considerado escravo e não sábio, pois este se encontra privado de ser causa, em si, logo, em um grau inferior, em relação aos demais seres. Nessa

lógica, somente o sábio é livre, devido ao fato de ele estar em harmonia com a natureza, pois é o único que existe em coerência com a necessidade da ordem cósmica, em relação ao destino. (Abbagnano, 1998, p. 609).

A liberdade como necessidade, é radicalizada de modo aprimorado pelo teólogo Orígenes, no sentido de que articula a ideia de liberdade como fundamento de si, em detrimento do homem similarmente ser parte constituinte desta causa dinamizada. (Ibidem, 1998, p. 606). Na perspectiva de Agostinho também se pode entender que a causa primeira da liberdade é Deus, que a concede ao homem como co-causa, por meio do livre-arbítrio, e, este por sua vez, estabelecer pela vontade livre seus próprios movimentos. (De lib. ar. II, 1).

Dessa maneira, podemos aprofundar a terceira concepção de liberdade, postulada como possibilidade ou escolha. É evidente que esta última noção de liberdade, se desvincula plenamente das duas anteriores, que se fundamentam numa substância suprema universal autodeterminada e necessária, isto porque a liberdade em questão abre espaço para o indivíduo exercer seu poder de decisão, tanto intencionalizada, como também condicionada. Esse argumento ressalta a dualidade da liberdade humana: por um lado, reconhece-se a capacidade do sujeito de exercer sua vontade e fazer escolhas autônomas; por outro lado, reconhece-se que essas escolhas estão condicionadas por uma variedade de fatores internos e externos. A ideia de que somos os autores de nossas próprias escolhas destaca nossa responsabilidade pessoal e capacidade de influenciar ativamente nossas vidas. No entanto, o reconhecimento do paradoxo da liberdade finita nos lembra que nossas escolhas são feitas dentro de um contexto determinado por nossas experiências passadas, influências sociais, valores e circunstâncias específicas. Portanto, embora tenhamos liberdade para escolher entre possibilidades, essas escolhas são limitadas e condicionadas pelos motivos determinantes que nos cercam. Essa compreensão nos convida a refletir sobre essa realidade complexa entre liberdade e determinismo em nossas vidas, reconhecendo nossa capacidade de escolha dentro das restrições do ambiente em que vivemos. (Abbagnano, 1998, p. 111).

Com base nestes pressupostos teóricos que abordam a liberdade sob três perspectivas diferentes ao longo da história do pensamento filosófico, devemos questionar como a visão de liberdade de Agostinho se alinha a uma dessas interpretações. É interessante observar uma aparente semelhança com a segunda definição, onde a liberdade é vista como necessidade. Para Agostinho, a liberdade do ser humano está em sua total aderência à natureza que lhe foi dada na criação. Isso acontece quando, através de sua razão e entendimento, o indivíduo alinha sua vontade ao Sumo Bem. (De lib. ar. II, 52).

3. O livre arbítrio, vontade e a graça

O diálogo entre Evódio e Agostinho explora a questão do livre-arbítrio no contexto da benevolência divina. Evódio questiona a sabedoria de Deus ao conceder o livre-arbítrio, visto que isso abre caminho para o pecado. Agostinho defende que o livre-arbítrio é fundamental para a autenticidade moral e a capacidade do homem de fazer escolhas significativas. Ele argumenta que, apesar de permitir o pecado, o livre-arbítrio é essencial para que o homem possa demonstrar verdadeiro amor e adesão à justiça, elementos que refletem a própria perfeição de Deus. Essa capacidade de escolher livremente fortalece o vínculo entre Deus e o homem, baseando-se no amor e na liberdade, e não na obrigatoriedade. Portanto, a possibilidade de cometer pecados é vista como uma consequência inevitável da liberdade essencial concedida ao ser humano. (De lib. ar. II, I).

É consenso que o pecado original refletido na tradição bíblico-cristã se refere ao desvio da vontade. Segundo os textos sagrados, especificamente sobre o “mito da criação”, a princípio, fomos criados sem mácula alguma em profunda comunhão com o criador. O homem feito à imagem e semelhança de Deus ocupava um lugar de excelência no jardim do Éden, pois era o único entre os seres vivos, capaz de dialogar com o seu criador, por ser dotado de linguagem, razão, livre-arbítrio e vontade. Mesmo assim, Adão e Eva - os considerados primeiros pais na terra, ousaram desobedecer a uma ordem direta de Deus que consistia em não comer do único fruto proibido, localizado no meio do jardim, cujo alimento, no sentido literal e simbólico era a “maçã”. Por sua vez, a malícia da serpente é apresentada como uma representação do mal e da tentação. Dessa forma, a serpente engana Adão e Eva, fazendo-os acreditar que ao comer do fruto proibido, eles se tornariam como deuses, conhecendo o bem e o mal. (Gn 3,1-24).

Nesse sentido, a tentação de desafiar a ordem divina é alimentada pela busca pelo conhecimento e poder. Quando Adão e Eva sucumbem à tentação e comem do fruto, estão desobedecendo diretamente a Deus, o que resulta na expulsão deles do paraíso. Essa expulsão pode ser vista como uma punição pela transgressão cometida, mas também como uma consequência natural da quebra da harmonia e da ordem estabelecidas por Deus. Ao serem expulsos do paraíso, Adão e Eva são deixados à mercê de seus próprios impulsos e desejos. Isso simboliza a perda da inocência e da pureza que eles desfrutavam no paraíso, agora sujeitos às consequências de suas escolhas e ações.

O sentido por trás desta violação, caracterizada alegoricamente neste relato, está propriamente na liberdade humana, em desacato à autoridade de Deus. O querer tornar-se como “deuses” e juízes do bem e do mal, pressupôs o pecado da soberba. Além disso, a história da

queda do homem pode ser interpretada como uma reflexão sobre a natureza humana e a dualidade do bem e do mal. Ao buscar o conhecimento do bem e do mal, Adão e Eva adquirem uma consciência moral, mas também enfrentam as consequências de suas decisões e ações, destacando a complexidade da condição humana. Com efeito, essa falta de obediência de Adão e Eva, também está explícita nos escritos do Apóstolo Paulo por meio da seguinte constatação: “[...] visto que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus – e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Jesus Cristo [...]”. (Rm 3, 23-24). Em outra passagem bíblica ele diz:

[...] Eis porque, como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram. Pois até a Lei havia pecado no mundo; o pecado, porém, não é levado em conta quando não existe lei. Todavia, a morte imperou desde Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não pecaram de modo semelhante à transgressão de Adão, que é figura daquele que devia vir... Por conseguinte, assim como pela falta de um só resultou a condenação de todos os homens, do mesmo modo, da obra de justiça de um só, resultou para todos os homens justificação que traz a vida. De modo que, como pela desobediência de um só homem, todos se tornaram pecadores, assim, pela obediência de um só, todos se tornarão justos... Através de Jesus Cristo, nosso Senhor. (Rm 5, 12-21).

A simbologia de Adão e Cristo, como apresentada por Paulo, é crucial para entender a dinâmica entre o pecado e a graça na teologia cristã. Paulo não busca atribuir a Adão uma culpa direta e factual pelo mal, mas sim utilizar sua figura como um símbolo da condição humana decaída. Da mesma forma, Cristo é visto como o redentor que supera essa condição, trazendo a graça e a vida. A comparação entre Adão e Cristo não busca estabelecer uma equivalência entre suas influências, mas sim destacar a supremacia da graça sobre o pecado. Ao enfatizar que "onde abundou o pecado, sobreabundou a graça", Paulo ressalta a magnitude e a universalidade da salvação trazida por Cristo. Assim, ao tentar solidificar essa simbologia em uma interpretação metafísica, corre-se o risco de perder de vista a mensagem central de Paulo: a universalidade do pecado humano e a extraordinária magnitude da salvação oferecida por meio de Cristo. A interpretação correta deve, portanto, manter o foco na graça abundante de Deus manifestada em Cristo, em contraste com a realidade do pecado humano. (Torres Queiruga, 2011, p. 241).

[...] O pecado e a iniquidade não são um desejo de natureza má, porém abandono das melhores, pois assim se encontra escrito nas Escrituras: “Toda criatura de Deus é boa”. E, por isso, toda árvore que Deus plantou no paraíso certamente é boa. Portanto, o homem não desejou uma natureza má quando tocou na árvore proibida, mas sim cometeu uma ação má abandonando o que era melhor. Pois o criador é melhor que qualquer criatura que ele criou, cuja

ordem não devia ser desprezada para tocar no que havia sido proibido, embora fosse bom, porque, abandonando o melhor, desejava-se uma coisa boa criada, que era tocada contra o mandado do criador. (De Natura Boni, 34).

Agostinho enfatiza que nossas escolhas refletem nossas prioridades e que a vontade humana desempenha um papel fundamental nesse processo. Ele argumenta que é a direção que damos às nossas vontades que determina nosso destino espiritual, podendo nos afastar ou nos aproximar dos bens eternos. Além disso, ao salientar que a culpa não está no objeto em si, mas na maneira como o utilizamos, ele nos lembra da importância da responsabilidade pessoal em nossas ações. Sua definição do mal como a renúncia aos bens eternos em favor dos temporais ressalta a natureza enganosa e passageira das gratificações mundanas em comparação com as recompensas duradouras da vida espiritual. (De lib. ar. I, 34).

Neste contexto, a “punição divina” imposta aos seres humanos surge como consequência de sua escolha de pecar, resultando na privação dos bens eternos e da sabedoria de Deus. E, por conseguinte, a humanidade fica necessitada de redenção, pois uma vez imersa na escuridão do erro, a vontade do humano se encontra corrompida e sua liberdade comprometida, ou seja, inclinada ao pecado. (Gilson, 2010, pp. 284-285).

Dessa maneira, o Bispo de Hipona argumenta:

[...] Há, porém, uma necessidade de pecar, não devido à condição humana em si, mas enraizada na deformidade da natureza. Por isso, ouça o homem e, para se libertar desta necessidade, aprenda a dizer a Deus: *Livra-me das minhas aflições* (Sl 25, 17). Esta súplica revela uma luta contra o tentador que luta contra nós valendo-se dessa necessidade. Por isso, com o socorro da graça por Jesus Cristo nosso Senhor, a imperiosa necessidade desaparecerá e nos será concedida a plena liberdade. (Natura et Gratia I, LXVI, 79.)

Conforme este argumento a necessidade de pecar não é inerente à condição humana, mas é resultado da deformidade da natureza, uma consequência do pecado original. A ideia central é que, com o auxílio da graça concedida por meio de Jesus Cristo, essa necessidade imperiosa de pecar pode ser superada. Isso implica que a graça divina capacita os indivíduos a alcançarem uma liberdade plena, permitindo-lhes resistir ao pecado e viver uma vida em conformidade com a vontade de Deus.

[...] A nossa vontade é sempre livre, mas não é sempre boa. Ou é livre da justiça, quando se sujeita ao pecado, e então é má, ou é livre do pecado quando serve à justiça, e nesse caso é boa. A graça de Deus, porém, é sempre boa, e faz com que tenha boa vontade quem antes a tinha má. Com seu auxílio, a vontade que começou a ser boa, cresce em tanta bondade que chega a cumprir os mandamentos divinos que quiser, quando o desejar com decisão. (Gratia et libertas II, XV, 31.)

Este argumento ressalta a liberdade intrínseca da vontade humana, que pode ser direcionada tanto para o bem quanto para o mal. Enquanto a vontade é sempre livre, sua bondade ou maldade depende das escolhas que fazemos. No entanto, a intervenção da graça divina é capaz de transformar uma vontade má em boa, capacitando-a a cumprir os mandamentos divinos com determinação. Isso requer não apenas o desejo de obedecer, mas também o reconhecimento da própria limitação e a busca pela força interior necessária para agir em conformidade com a vontade de Deus. Assim, a harmonia entre querer e poder é essencial para uma vida virtuosa e piedosa, onde a graça divina atua como um catalisador para a realização dos propósitos divinos através da vontade humana.

Mas, de que especificamente, consiste essa salvação? A salvação da natureza humana, portanto, se dá, não por méritos humanos, ou seja, pelos próprios esforços, mas, pela esplêndida graça de Deus revelada em Jesus Cristo. (Natura et Gratia, I, IV, 4;5). Como se vê: “Pela graça sois salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho. Pois somos criaturas Dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras que Deus já antes preparara para que nelas andássemos”. (Ef 2, 8-9).

Assim sendo, o que se entende por graça divina? Ela substitui, de algum modo, a liberdade humana? Como adquiri-la? Podemos viver independentemente desta graça? O que é pecado? Com efeito, em que consiste a verdadeira liberdade? De fato, estamos aptos a praticar o bem sem olhar aquém pelas próprias capacidades cognitivas e emotivas.

A disputa entre as doutrinas de Pelágio e Agostinho sobre a natureza da vontade humana e o papel da graça divina oferece uma profunda reflexão sobre a capacidade humana para o bem e o mal, e a necessidade da intervenção divina na vida moral do homem. A doutrina de Pelágio postula que a vontade humana, por si só, é capaz de cumprir a lei divina sem a necessidade prévia da graça de Deus para prevenir o pecado. Segundo Pelágio, a vontade humana possui, inerentemente, a capacidade de escolher o bem ou o mal, sendo inteiramente responsável por suas ações. Este ponto de vista conduz à conclusão de que a graça de Deus intercede somente para apagar o pecado uma vez que ele já foi cometido, sugerindo que a salvação é alcançada principalmente pelo esforço humano. (Gilson, 2010, p. 299).

Segundo o ponto de vista pelagiano, Deus já concedera ao homem, no momento exato da criação tudo o que é preciso para alcançar a plena virtude, ou a forma de viver retamente. Ainda na lógica pelagiana, o pecado por sua vez, não anula o estado de perfeição da natureza, pois uma vez perdoado de seus delitos, volta-se a sua integridade original. Desse modo, a culpa é atribuída, não ao homem, mas a atitude mal praticada. Por conseguinte, se nega a crer em uma natureza debilitada e orientada para o mal (*concupsciência*), em razão do pecado de Adão. Por

isso, é que para os pelagianos, a graça divina é dispensável no decorrer da vida, porém, inconciliável com o livre-arbítrio, pois o homem por si mesmo garante seu grau de perfeição e estabilidade moral por meio de uma vida rigorosa e métodos eficazes (Gratia Christ, XXVIII, 29).

Por outro lado, Agostinho, apesar de reconhecer a lei e orientar outros a cumpri-la, encontrava-se incapaz de fazer o mesmo por si mesmo. Esta incapacidade levou-o a concluir que a vontade humana, por mais que deseje o bem, está corrompida pelo pecado original e, portanto, é incapaz de realizar o bem por si só. Essa visão é reforçada pela doutrina paulina do pecado e da graça, que enfatiza a dependência humana da graça divina não só para a remissão dos pecados mas também para a capacitação ao cumprimento da lei. Logo, a solução para este enigma, como Agostinho e Paulo articulam, é a redenção através de Jesus Cristo. A graça de Cristo não apenas redime o homem do pecado, mas também o capacita a realizar a lei divina. (Gilson, 2010, pp. 300-301).

Dessa maneira, a relação entre a graça divina e a iniciativa humana, sustenta que, embora a graça seja essencial para a realização do bem, a ação humana permanece indispensável. Segundo Agostinho, todo o bem e a capacidade de evitar o mal originam-se unicamente através da graça de Deus. Contudo, esta concepção não implica passividade humana; pelo contrário, é um convite à ação. Por isso, é importante destacar que a graça divina é vista como a única força capaz de liberar o homem de suas inclinações ao mal e capacitar sua inclinação para o bem. No entanto, o papel da iniciativa humana não é minimizado. Embora seja Deus quem "opera em nós o querer e o agir", os indivíduos são chamados a responder ativamente a essa graça. Isso é evidente na maneira como o apóstolo Paulo não apenas ora pelos fiéis, mas também ativamente os instrui, exorta e corrige, demonstrando que a graça de Deus deve ser recebida e ativamente vivida pelos crentes, contrapondo-se à ideia de que a graça possa resultar em inatividade ou complacência. (Corr. et grat. II, 3,4.).

Considerações finais

Santo Agostinho de Hipona é uma figura central na teologia e filosofia cristãs, cujas obras continuam a influenciar o pensamento contemporâneo. Nascido em Tagaste, Norte da África, ele percorreu um caminho de conversão espiritual que o levou do maniqueísmo ao cristianismo, passando pela filosofia neoplatônica. Em suas reflexões, Agostinho abordou profundamente temas como o livre-arbítrio, o mal e a natureza da graça divina, que ele explorou principalmente em "Confissões" e outras obras influentes.

Agostinho via a liberdade não como ausência de restrições, mas como a capacidade de alinhar a vontade humana com o bem supremo, identificado com Deus. Ele defendia que o livre-arbítrio era essencial para a autenticidade moral, permitindo ao ser humano interagir com a graça divina. Em diálogos como o que manteve com Evódio, argumentava que, embora o livre-arbítrio permitisse o pecado, também possibilitava a verdadeira expressão do amor e da justiça divina, fortalecendo o vínculo entre criador e criatura através do amor e liberdade. Nesse sentido o livre arbítrio, elaborado por Agostinho, trouxe maiores expectativas antropológicas, alargando os horizontes de busca pela autêntica liberdade.

Agostinho considerava que a verdadeira liberdade envolve a capacidade de escolher o bem supremo, ou seja, Deus, livremente e sem coação. Esta visão se encontra profundamente enraizada na ideia de que o pecado original não eliminou a capacidade humana de escolha, mas corrompeu-a, tornando o ser humano mais inclinado ao mal do que ao bem. O papel da graça divina, então, é restaurar e capacitar a vontade humana para que possa, uma vez mais, escolher livremente o bem.

Além disso, a abordagem agostiniana do livre-arbítrio e da graça divina permite a compreensão de que o mal no mundo não é um produto da vontade de Deus, mas uma consequência do uso inadequado do livre-arbítrio humano. Ao mesmo tempo, ela oferece uma visão esperançosa da redenção, sugerindo que, apesar das falhas e quedas, o ser humano sempre tem a oportunidade de retornar ao caminho correto através da graça que Deus incessantemente oferece.

Discutimos que a graça divina não elimina a liberdade humana; ao contrário, ela a reforça e preserva, operando em conjunto com o livre-arbítrio, a vontade humana e a graça de Deus manifestada em Jesus Cristo. A dinâmica entre a graça e a ação humana é caracterizada não por exclusão, mas por uma mútua dependência. A graça divina habilita a prática do bem, requerendo, no entanto, um envolvimento ativo e consciente por parte do ser humano. Isso sublinha tanto a autoridade de Deus como a importância da resposta humana livre no âmbito moral e espiritual.

A contribuição de Agostinho transcende sua época, propondo uma reflexão contínua sobre a complexa interação entre vontade humana e graça divina, um debate que permanece relevante no pensamento filosófico e teológico até hoje. Seu legado nos desafia a considerar as profundezas da condição humana e a capacidade de alcançar a verdade e o amor divinos através da liberdade e responsabilidade moral.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins fonte, 1998.

AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. Trad., pref., nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. - 2ª ed. - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

AGOSTINHO, Santo. **A natureza do bem**. O castigo e o perdão dos pecados. O batismo das crianças: São Paulo: Paulus, 2019.

AGOSTINHO, Santo. **Correctio et gratia**. In: Gratia et Libertas. In: A Graça (II). São Paulo: Paulus, 1999, (Coleção. Patrística; 13).

AGOSTINHO, Santo. **Gratia Christ**. In: A Graça (I). São Paulo: Paulus, 1998, (Coleção. Patrística; 12).

AGOSTINHO, Santo. **Gratia et Libertas**. In: A Graça (II). São Paulo: Paulus, 1999, (Coleção. Patrística; 13).

AGOSTINHO, Santo. **Natura et Gratia**. In: A Graça (I). São Paulo: Paulus, 1998, (Coleção. Patrística; 12).

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbítrio**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1995, (Coleção. Patrística; 8).

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução: Lorenzo Mammì. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2013.

CHAUÍ, MARILENA. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

GILSON, Etienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Academia Francesa; tradução Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

MONDIN, B. **O homem, quem é ele?** elementos de antropologia filosófica.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. V.1. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Filosofia).

TORRES QUEIRUGA, Andrés. **Repensar o mal: da ponerologia à teodiceia**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Repensar).

Recebido em: 25/09/2024
Aprovado em: 08/11/2024